
Carta nº. 004/RSA-2022

Rio de Janeiro (RJ), 18 de janeiro de 2022.

Ao

Governo do Estado de Rondônia

Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Comissão Permanente de Licitações de Obras - CPLO

Av. Farquar, s/nº, Bairro Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Rio Pacaás Novos, 2º Andar - Porto Velho – RO. CEP 76.903-036

Atenção: Presidente da Comissão de Licitações.

Assunto: Recurso contra a Habilitação da Empresa AUCON TECNOLOGIA LTDA.

Referência: 1) Tomada de Preço nº 029/2021/CPLO/SUPEL/RO; e
2) Aviso de Julgamento de Habilitação, datado de 10 de janeiro de 2022.

Objeto: “Contratação de empresa especializada para instalação de PAPI, Biruta Iluminada, Farol Rotativo, Infraestrutura Elétrica e Iluminação do Pátio no aeroporto Brigadeiro Camarão (SBVH), no município de Vilhena/RO.”

A RSA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 04.407.640/0001-71, com sede na Av. Marechal Câmara, nº 160, grupo 1.123 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20020-080, legítima participante do Certame Licitatório acima referenciado, por seu representante legal, vem, tempestivamente, à presença de V.Sa., a vista do decisório que declarou habilitada a empresa AUCON TECNOLOGIA LTDA, vem tempestivamente abrir Recurso Administrativo, conforme lhe faculta o Artigo 109, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº. 8.666/93 e posteriores alterações, requerendo, desde já, caso não seja reconsiderada a decisão por V.Sa., que as presentes razões sejam enviadas à análise da Autoridade Hierarquicamente Superior. Segue as razões a seguir articuladas:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, cumpre trazer à tona a respeito da tempestividade do presente recurso administrativo, tendo em vista que protocolizado será dentro do prazo de cinco dias úteis, contados da divulgação do ato, de acordo com o art. 109 da Lei nº 8.666/93.

II – DAS RAZÕES RECURSAIS

A RSA Engenharia LTDA se insurge contra a declaração de habilitação das licitantes mencionadas anteriormente, pois não restaram preenchidos os requisitos previstos no Edital de Licitação, em seu item 16.4 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, onde são apresentados, de maneira clara, os documentos a serem apresentados para a qualificação técnica, sendo:

“a) Registro ou inscrição da licitante, bem como de seu(s) responsável(is) técnico(s), junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), dentro de seu prazo de validade, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA;

b) Acervo técnico do profissional(is) indicado(s) na Comprovação de Registro da licitante, por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da licitação, que será(ão) o(s) profissional(is) responsável(is) técnico pela obra. (Conforme item 24.5.3. do Termo de Referência).

[...]

*d) O fornecimento de 01 (um) ou mais atestado de capacidade técnica devidamente averbados no CREA em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a **execução anterior de serviços de com características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência**. Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do nº da ART que lhe deu origem e acompanhado do CAT do profissional, referente ao atestado apresentado. (Conforme item 24.5.5. do Termo de Referência).*

*d.1) Apresentação de Certificado de habilitação Técnica (CHT) para execução dos serviços de Implantação de PAPI por profissional pertencente ao quadro técnico da empresa participante do certame emitido **pelo DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO – DECEA, órgão do Comando da Aeronáutica**, nos termos da ICA 63-10/2016 [...].”*

Diante dos itens apresentados, entendemos que a empresa não cumpriu de forma completa e satisfatória as exigências solicitadas no certame, destacando:

- a. A CAT emitida pelo CREA-RO de nº NET-000020552, apresenta um atestado de **“Reforma do Sistema de balizamento de Pista de Aeroporto e Subestação/KF para operação do VFR Diurna/Noturna”**, onde em nenhum item da planilha engloba os serviços objeto da licitação;
- b. A CAT emitida pelo CREA-AM de nº 960203/2019, atesta os **“Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Equipamentos Aeronáuticos e de Segurança Aeroportuária”**, não valendo para comprovação de sua qualificação para os serviços de INSTALAÇÃO;
- c. A CAT emitida pelo CREA-AM de nº 933912/2017, cujo atestado é de **“Instalação, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos aeronáuticos instalados no Aeródromo de Urucu”**, onde na Tabela de Instalação ou Desinstalação, o item 03, consta PAPI de **Heliponto (SISTEMA)**.
- d. Não houve comprovação de Instalação de Iluminação de Pátio em nenhuma das CATs apresentadas.
- e. Não houve comprovação de Instalação de Farol Rotativo em nenhuma das CATs apresentadas.

Além da não comprovação de sua Qualificação Técnica, a empresa não cumpriu de forma completa o solicitado no item 16.1 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, do Edital, onde é solicitado:

“[...] f) Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009, acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho;” (grifo nosso)

A licitante apresentou documento emitido pelo SEJUS (Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça) sem a devida assinatura, não valendo comprovação para o item mencionado acima.

Dessa maneira, fica claro, e de fácil entendimento, que a empresa não apresentou documentação satisfatória e correta para a sua real qualificação.

IV – DOS REQUERIMENTOS

Lastreada nas razões recursais, requer-se:

- a) Deferimento do presente recurso com a devida inabilitação da empresa AUCON TECNOLOGIA LTDA; e
- b) Na hipótese não esperada disso não ocorre, faça este subir, devidamente informada, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º do art. 109 da Lei 8.666/93, como também poderemos fazer uso da prerrogativa constante no parágrafo 1º. do art. 113 da supracitada Lei.

Termos em que,
Pede Deferimento.

RAFAEL CORRÊA ALVES
RSA ENGENHARIA LTDA / CNPJ: 04.407.640/0001-71
012.675.544-6 DIC-RJ - CPF 104.871.367-99
COO – Chief Operating Officer